

Plano de Mobilidade Urbana é apresentado em audiência

Participantes se manifestaram sobre a situação do transporte

Fernanda Moraes

fernanda.moraes@jppjornal.com.br

O Plano de Mobilidade Urbana do município foi apresentado na noite da última quarta-feira, durante audiência pública que contou com a participação de vários segmentos da cidade. Cinco principais eixos foram apresentados e a questão do transporte coletivo foi o ponto de manifestação por parte do grupo de manifestantes do Pula-Catraca. Os municípios com mais de 20 mil habitantes, têm até abril de 2019 para elaborarem o documento, por determinação da lei 12.587/12, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

De acordo com o secretário de Trânsito e Trans-

portes, Jorge Akira, os municípios que não apresentarem o Plano até a data determinada, ficarão de fora dos recursos para financiamento disponibilizados pelo Ministério das Cidades. No caso de Piracicaba, os cinco eixos apresentados contemplam o Incentivo ao modo não motorizado, estruturação do Anel Viário (e demais propostas viárias), transporte coletivo, educação e redução de acidentes, carga e PGT (Polo Gerador de Tráfego).

“Tivemos uma participação recorde, de 187 pessoas. A audiência contou com a presença de representantes dos observatórios Cidadão e Social, do projeto MobCidades, do Comdef (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência),

do projeto Promotoras Legais Populares (PLPs), da Associação de Moradores do Distrito de Tupi, taxistas e integrantes do Uber. Nossa intenção é envolver a população na discussão para a criação do PlanMob”, disse.

Entre as principais mudanças apresentadas para os próximos dez anos estão a construção de 90 quilômetros de ciclovia, a extensão do Anel Viário tanto na região Oeste, quanto na região Norte. Essas regiões devem apresentar futuramente polos geradores de trânsito devido a aprovação de loteamentos para moradias populares.

O presidente da Associação dos Motoristas Particulares do Interior do Estado de São Paulo, Felipe Zottarelli disse que se o proje-



to apresentado for colocado em prática irá beneficiar os trabalhadores que utilizam os corredores viários. “Nós, motoristas, precisamos de um sistema viário bem planejado e de um trânsito organizado”, disse

MANIFESTAÇÃO - A audiência contou com a participação de representantes do Pula-Catraca, que aproveitaram o momento para exaltarem a ilegalidade do reajuste do transporte coletivo em julho passado, que passou de R\$ 3,70 para R\$ 4, para quem utiliza o cartão VAI. O maior reajuste foi para a venda a bordo no ônibus sem cartão, que subiu de R\$ 4 para R\$ 4,40.

“Participamos da audiência, mas nossas tratativas com a Prefeitura têm

Audiência contou com a presença de vários segmentos

sido feita desde o reajuste da tarifa, que ao nosso entendimento é ilegal, pois não respeitou os mínimos requisitos da ampla divulgação, não passou pela análise do Comitê Gestor e não há transparência no que pauta o referido aumento”, disse a integrante do movimento Daniele Godoi, que salientou ainda que a situação dos veículos e do transporte coletivo na cidade é precária.

Diante do exposto, o responsável pela pasta, Jorge Akira disse que atualmente, o transporte coleti-

vo passa por sérios problemas. “A cada ano registramos a diminuição de usuários do transporte coletivo. Precisamos de uma política de transporte público e o governo federal é quem pode amenizar o problema. Há programas que podem ser colocados em prática para custeio do transporte público, oriundos de impostos de combustíveis de veículos particulares”, explicou.

Atualmente, a prefeitura destina por mês, R\$ 497 mil à Via Ágil, segundo Akira, para manter os valores da tarifa.